CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 20.462/12/3ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000036457-95
Impugnação: 40.010130349-52
Impugnante: Eduardo Pereira Lopes
CPF: 518.790.266-00
Proc. S. Passivo: Pedro Raimundo Alvim Sabino
Origem: DF/Ipatinga

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO - DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO - PESSOA FÍSICA. Comprovado nos autos a falta de recolhimento do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor) devido, em virtude da constatação de que o proprietário dos veículos tem residência habitual neste Estado, nos termos do disposto no art. 127, inciso I do CTN (Código Tributário Nacional). O registro e o licenciamento do veículo no Estado de Espírito Santo não estão autorizados pelo art. 1º da Lei nº. 14.937/03 c/c o art. 120 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro). Corretas as exigências de IPVA, Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº. 14.937/03 e juros de mora. Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre falta de recolhimento de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos exercícios de 2007 a 2010, em virtude do registro e licenciamento indevido, no Estado do Espírito Santo, do veículo placa HFH-7670, uma vez que o Fisco constatou que o proprietário reside em Coronel Fabriciano/MG.

Exige-se IPVA e Multa de Revalidação, capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº. 14.937/03.

Inconformado, o Autuado apresenta, tempestivamente, por procurador regularmente constituído, Impugnação às fls. 43, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 49/51.

Em face da juntada de documentos efetuada pelo Fisco, o Autuado adita sua impugnação às fls.77/78, também anexando documentação. O Fisco volta a se manifestar, com nova inclusão de documentos.

Em saneamento dos autos neste CC/MG (fl. 119), devolveram-se os autos à origem, a fim de que fosse dada vista ao Impugnante dos novos elementos trazidos pela Fiscalização. Não houve manifestação posterior das partes.

DECISÃO

Da Preliminar

Alega a Impugnante que o relatório fiscal de fls. 49/51 foi produzido de forma unilateral, sem abertura de vistas para juntada de novos documentos, ou, até mesmo para novos esclarecimentos do Impugnante.

Contudo, não assiste razão à Impugnante.

O relatório em questão constitui a manifestação fiscal, que no caso dos autos foi acrescida de novos documentos, dos quais houve a regular intimação ao Autuado, conforme fls. 73.

Saliente-se que é exatamente por ter tido ciência dessa documentação que o Impugnante teve oportunidade de insurgência, aditando sua impugnação anterior.

Outrossim, em saneamento dos autos neste CCMG (fl. 119), devolveram-se os mesmos à origem, tendo sido dado vista ao Impugnante dos novos elementos trazidos pela Fiscalização.

Rejeita-se, portanto, as prefaciais arguidas.

Do Mérito

A acusação fiscal é de falta de recolhimento de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) ao Estado de Minas Gerais, nos exercícios de 2007 a 2010, referente ao veículo de placa HFH-7670, de propriedade do Autuado.

O Fisco, por meio de cruzamento de dados do veículo e de seu proprietário, constantes dos bancos de dados da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEF/MG), DETRAN/MG, DETRAN/ES e Receita Federal, constatou que o veículo mencionado acima se encontra registrado e licenciado no Estado do Espírito Santo, apesar de o proprietário residir no Município de Coronel Fabriciano /MG.

A questão do domicílio tributário para se aferir o sujeito ativo da relação tributária competente para exigir o pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) precisa ser analisada no contexto da legislação que rege a matéria.

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988), no seu art. 155, inciso III, conferiu aos Estados membros e ao Distrito Federal competência para instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

Assim, cada Estado editou sua própria lei para cobrança do IPVA, variando as alíquotas de acordo com a legislação de cada Unidade da Federação, o que faz com que muitos veículos sejam registrados nos Estados em que a alíquota é menor, não obstante seus proprietários residirem em outro diferente daquele em que houve o registro do veículo.

Esta prática implica perda de arrecadação para o Estado e Município de residência do proprietário do veículo.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

No caso do Estado de Minas Gerais foi editada a Lei nº. 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que ao estabelecer sobre o pagamento do IPVA, disciplinou:

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado. (Grifou-se).

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no Estado.

(...)

Art. 4º Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

(...)

Art. 10º As alíquotas do IPVA são de:

I 4% (quatro por cento) para automóvel, veículo de uso misto, veículo utilitário e outros não especificados neste artigo;

II 3% (três por cento) para caminhonete de carga picape e furgão;

III - 1% (um por cento) para veículos destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica que preencha pelo menos um dos seguintes requisitos:

Conforme se verifica, o legislador estadual, usando da sua competência constitucionalmente prevista, delimitou o campo de incidência do tributo, ou seja, estabeleceu que o IPVA será devido ao Estado de Minas Gerais quando o veículo automotor estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Cabe, todavia, indagar, quais as condições determinantes para que o veículo sujeite-se ao registro e licenciamento no Estado de residência de seu proprietário.

Sobre a matéria, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aprovado pela Lei n.º 9.503, de 1997, no seu art. 120, dispõe:

Art. 120 - todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do DF, no município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei. (Grifou-se).

Extrai-se, do dispositivo legal retromencionado, que o fato gerador do IPVA ocorre no município de domicílio ou de residência do proprietário do veículo.

Salienta-se que não obstante as várias conceituações existentes sobre os termos “domicílio” e “residência”, não cabem aqui as definições trazidas pelo Código Civil de 2002 (CC/02), dada a regra da especialidade.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A interpretação a ser considerada, neste caso, é a do CTN (Código Tributário Nacional) posto que a matéria ora discutida é de natureza tributária, que assim determina:

Art. 127 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

(...)

O Professor Renato Bernadi, ao discorrer sobre o tema (IPVA tem de ser pago onde o dono do automóvel mora – www.conjur.com.br, artigo publicado em 28 de maio de 2006), leciona:

Partindo-se do pressuposto de que “domicílio” e “residência” são palavras cujos significados não se confundem, há que se dar uma interpretação coerente ao dispositivo. A interpretação que mais se encaixa na ratio legis da norma é aquela que indica que ao referir-se a “domicílio”, o Código de Trânsito faz menção à pessoa jurídica. Ao passo que, ao mencionar “residência”, dirige-se às pessoas físicas.

E continua:

Outra interpretação levaria à absurda conclusão de que o artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro considera somente a pessoa física, esquecendo-se da pessoa jurídica, além de distanciar referida regra do disposto no artigo 127 do Código Tributário Nacional, regra específica do domicílio tributário (...).

Por conseguinte, o critério que fixa o domicílio tributário, para fins do IPVA é o previsto no artigo supramencionado, que determina que as pessoas registrem seus veículos na Unidade da Federação onde residam com habitualidade.

Esta assertiva pretende demonstrar que o deslinde da questão passa necessariamente pela comprovação do local de residência habitual do Autuado, nos moldes do que prevê o art. 127, inciso I do CTN, já mencionado.

Passa-se, então, a análise dos documentos juntados aos autos, para a aferição do domicílio tributário do Autuado.

O Fisco anexou os seguintes documentos para comprovar que o endereço do Impugnante é na cidade de Coronel Fabriciano/MG:

- 1) consulta realizada junto à Receita Federal, a partir do CPF do Autuado (fls. 18);
- 2) consulta realizada junto ao *site* da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (fls. 27/28)

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3) consulta ao *site* do DETRAN/MG, onde foram encontradas diversas infrações de trânsito cometidas pelo Autuado no território mineiro (fls. 29/30).

Na impugnação apresentada, o Autuado argumenta que o crédito tributário oriundo do lançamento nº 01.000036457.95 não é válida, já que o Autuado possui domicílio no Estado do Espírito Santo.

A fim de comprovar o alegado, anexa aos autos os seguintes documentos: contratos particulares de promessa de compra e venda de unidade imobiliária em Guarapari/ES (fls.79/82); conta de energia elétrica do apartamento localizado em Guarapari/ES (fls.83); documentos referentes à administração do condomínio situado em Guarapari/ES (fls.84/88) e cópia de sua agenda de compromissos profissionais.

Além disso, argumenta que possui outro imóvel em Guarapari/ES o que lhe conferiria o direito de escolher o seu domicílio tributário.

No entanto, como já exposto, o domicílio tributário é a residência habitual do contribuinte, local onde a pessoa física permanece a maior parte de seu tempo.

O conjunto de provas trazido pelo Fisco, acima relacionadas, comprova cabalmente o município em que o Autuado reside com habitualidade, qual seja, Coronel Fabriciano/MG.

Saliente-se que até a documentação trazida pelo Autuado corroboram as alegações do Fisco. Veja-se:

1. nos contratos e boletos de pagamento, inclusive o boleto de pagamento do condomínio do imóvel localizado no Espírito Santo, consta como endereço do mesmo o de Coronel Fabriciano/MG;
2. no contrato de promessa de compra e venda de imóvel consta domicílio no Estado de Minas Gerais (fl. 79/81);
3. a conta de energia elétrica apresenta consumo de 42 kWh (leitura atual: 3.700 / leitura anterior: 3.658), ou seja, não é compatível com a efetiva residência no imóvel no período. Saliente-se que o valor faturado de 100 kWh corresponde ao “custo de disponibilidade do sistema elétrico” (fl. 83), que é o valor mínimo faturável “trifásico” (art. 48 da Resolução 456 da ANEEL – *vide* doc. 02). Ademais não se comprova que a energia foi consumida efetivamente pelo proprietário (Impugnante);
4. a agenda apresentada - da UNIMED Vale do Aço – comprova que o Curso de pós-graduação é ministrado apenas em um final de semana por mês, o que é plenamente compatível com a residência neste Estado;
5. Essa mesma agenda comprova que o Impugnante exerce atividade profissional no Vale do Aço (no Estado de Minas Gerais).

Portanto, conclui-se, pelas provas constantes dos autos e legislação posta, que o sujeito ativo competente para receber o IPVA é o Estado de Minas Gerais.

Por conseguinte, evidenciada a falta de pagamento do IPVA, correto o Fisco em exigir o tributo incidente, bem como aplicar a penalidade prevista no art. 12, § 1º da Lei n.º 14.937/03, *in verbis*:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 12. O não-pagamento do IPVA nos prazos estabelecidos na legislação sujeita o contribuinte ao pagamento de multa calculada sobre o valor atualizado do imposto ou de parcelas deste, conforme disposto nos incisos abaixo, bem como de juros de mora:

§ 1º Havendo ação fiscal, a multa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as seguintes reduções:

(...)

Desta forma, resta plenamente caracterizada a infração fiscal e corretas as exigências consubstanciadas na presente Notificação de Lançamento.

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, à unanimidade, em rejeitar as prefaciais arguidas. No mérito, também à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Antônio César Ribeiro (Revisor) e Marco Túlio da Silva.

Sala das Sessões, 03 de maio de 2012.

Sauro Henrique de Almeida
Presidente

Ivana Maria de Almeida
Relatora